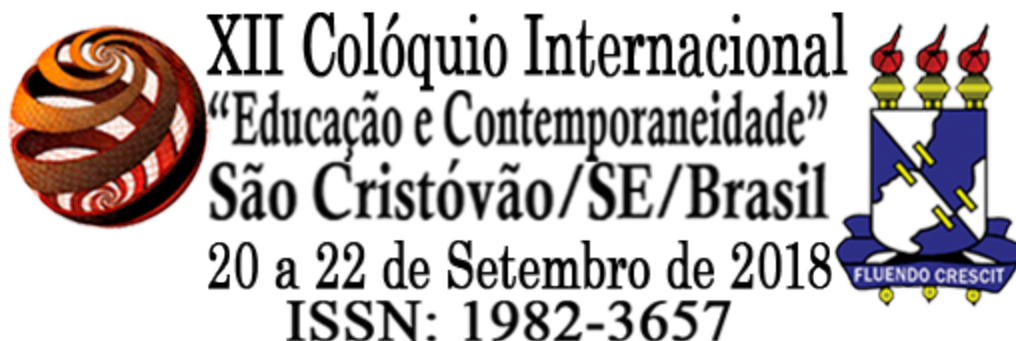




Mé

OS CICLOS DA APRENDIZAGEM NA CIDADE DO SALVADOR: MECANISMO DE COMBATE À REPROVAÇÃO DESENVOLVIMENTO DE UMA PEDAGOGIA DIFERENCIADA

ANDREA LADISLAU

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise da implementação dos ciclos de aprendizagem na rede municipal da cidade de Salvador. A análise e reflexão das práticas adotadas pela Secretaria de Educação, pelas unidades de ensino e pela equipe de professores, com base nos princípios teóricos que embasam a proposta curricular e a prática pedagógica que ocorre nas escolas, com o objetivo de implementar a proposta com o objetivo de reduzir os altos índices de reprovação ou para implementação de uma pedagogia diferenciada. A comparação entre os fundamentos teóricos da proposta dos ciclos de aprendizagem (PERRENOUD, 2004) e os dados locais sobre a realidade educacional, concluiu-se que o foco dos ciclos está no combate à reprovação.

Palavras-chave: Ciclos de aprendizagem; Políticas educacionais; Avaliação.

ABSTRACT: This article presents an analysis of the implementation of the learning cycles in the municipal network of the city of Salvador. The analyzes and reflects the practices adopted by the Education Department, the teaching units and the pedagogical team, based on the principles that underlie the curricular proposal and the pedagogical practice that occurs in the schools, in order to verify if the proposal is implemented with the objective of reducing the high failure rates or to implement a differentiated pedagogy. Based on the comparative analysis of the foundations of the learning cycles proposal (PERRENOUD, 2004) and the national and local assessment data, it was concluded that the focus of the cycles is on combating failure.

Keywords: Learning cycles; Educational policies; Evaluation.

1 INTRODUÇÃO

A democratização do acesso à educação pública que teve início, no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, a partir de um público bastante diverso daquele que a frequentava. Antes, ocupada pelas camadas elitizadas da população, passa a ser acessada por camadas menos favorecidas economicamente, o que transformou um ambiente entendido como homogêneo em um ambiente educacional, social e linguístico. Contudo, nem as políticas educacionais nem as práticas pedagógicas sofreram qualquer alteração com essa nova realidade. Pelo contrário, acreditava-se que os novos alunos eram aqueles que deviam se adaptar ao modelo educacional. O fracasso da aprendizagem desse novo público, decorrente da insistência em um paradigma de ensino fixista, o sistema educacional tratava os alunos das camadas populares como portadores de déficits cognitivos e culturais. Nesse contexto, a reprovação era entendida como uma forma de impedir aqueles que não aprenderam o que era esperado ao terminar o período de escolarização sem os conhecimentos necessários.

De lá para cá, a educação no Brasil vem passando por diversos problemas, dentre eles os altos índices de reprovação, especialmente nas séries do ensino fundamental. Todos esses problemas tornam evidente o fato de que o modelo escolar tradicional é inadequado para tratar os novos sujeitos da educação como com os novos objetivos do processo educacional. Mais do que isso, demonstram

deve ser entendido como um fracasso do sistema escolar; que a reprovação, que imputa ao estudante toda a responsabilidade encarada como uma reprovação da escola em sua responsabilidade social de educar. Isto posto, cabe ao sistema necessários para, sem desconsiderar a diversidade sociocultural da população, oferecer a todos as condições necessárias educacionais.

Nos últimos anos, muitos pedagogos e teóricos da educação têm entendido a formação escolar em etapas anuais e a construção de aprendizagens. Isso porque o modelo anual opera com base numa concepção homogeneizante do sujeito que, numa classe, todos se desenvolverão da mesma forma, no mesmo tempo. Sensíveis à diversidade das relações de aprender, dos ritmos de desenvolvimento, das identidades e das trajetórias dos indivíduos, esses estudiosos estão propondo ciclos plurianuais.

O objetivo deste artigo é analisar o funcionamento dos ciclos de aprendizagem na Secretaria de Educação da cidade de Salvador, sob os princípios teóricos que embasam a proposta curricular e a prática pedagógica nas Escolas. Alguns princípios teóricos sobre o funcionamento dos ciclos e que são defendidos por Perrenoud (2004) foram observados nesse processo: formas de agrupar o professor, o trabalho em equipe, a reprovação, a avaliação e as possibilidades de autonomia das unidades escolares.

O modelo atual de ciclos de aprendizagem utilizado nas escolas municipais foi implementado em 2007, com a fundamental de 9 anos. O Ensino Fundamental I passou a ser dividido em duas partes, o ciclo I composto pelo 1º, 2º e 3º ano e o ciclo II pelo 4º e 5º ano. As progressões acontecem de forma automática no 1º, 2º e 4º ano, com retenções previstas apenas no 3º ano de cada ciclo.

Dados da Secretaria de Educação demonstram grande número de reprovações no 5º ano e principalmente no 3º ano. Os questionamentos e reflexões sobre os reais objetivos da implementação dos ciclos de aprendizagem. Um dos problemas implantados para o desenvolvimento de uma pedagogia diferenciada ou com o objetivo de resolver o problema da reprovação, sobretudo no primeiro ano de escolarização.

O artigo está dividido em duas seções. A primeira aborda os pressupostos teóricos defendidos por Perrenoud (2004). Os ciclos de aprendizagem não devem ser entendidos, prioritariamente, como um meio de reduzir a reprovação, mas de garantir a aprendizagem. Para isso, algumas condições devem ser atendidas, como, por exemplo, o desenvolvimento de uma pedagogia diferenciada. Como uma mera forma de renovar a organização escolar sem modificar a estrutura pedagógica não garantirá os resultados dos ciclos. A segunda seção apresenta uma análise da implementação dos ciclos de aprendizagem nas escolas municipais de Salvador.

2- PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DOS CICLOS DE APRENDIZAGEM

Segundo Perrenoud (2004), um dos defensores do novo modelo de organização do tempo letivo, a ideia de ciclos está bastante mais estável. Alguns têm entendido os ciclos como uma forma de suprimir ou limitar drasticamente a reprovação no funcionamento escolar inalterados. Contudo, o autor entende que a supressão da reprovação não acaba com o fracasso de aprendizagem apresentariam muitas outras facetas interessantes na perspectiva de uma pedagogia diferenciada. Assim, consideramos alguns pressupostos fundamentais:

1. Um ciclo de aprendizagem é apenas um meio para ensinar melhor e lutar contra o fracasso escolar e as desigualdades, não um fim em si. Não passa de um meio para atingir melhor os objetivos de formação, oferecendo novos espaços e estruturá-los de modo eficaz, justo, legítimo e de comum acordo.
2. Um ciclo de aprendizagem só pode funcionar se os objetivos de formação visados no final do percurso forem claros e constituem o contrato de base para professores, alunos e pais.
3. É importante desenvolver nos ciclos plurianuais vários dispositivos de pedagogia diferenciada e de observação, pois não tem efeito próprio, isso somente viabiliza uma ação educativa coerente em longa duração. Não se poderia, portanto, ter duas noções análogas, mas distintas: a pedagogia diferenciada e a individualização dos percursos de formação.
4. A duração de passagem em um ciclo deve ser padrão para forçar a diferenciar a partir de outras dimensões além da duração, uma reprovação disfarçada. Diferenciar não é respeitar o ritmo de cada um, é propor-lhes constantemente situações que avancem tão depressa quanto possível.
5. Um espaço-tempo de formação de vários anos não pode alcançar seus objetivos a não ser que os métodos e as estratégias sejam repensados nesse âmbito.
6. Dentro de um ciclo, os professores se organizam livre e diversamente. O sistema lhes propõe instrumentos e títulos.

intermediárias, modelos de organização do trabalho e de agrupamento de alunos, instrumentos de diferenciação e

7. É conveniente que um ciclo de aprendizagem seja confiado a uma equipe pedagógica estável, coletivamente respaldada por vários anos. A imensa vantagem dessa fórmula é não atingir o individualismo, porque, reduzido a seus próprios meios, não se vê uma parte das vantagens trazidas pelos ciclos. Permanece confinado nas quatro paredes de sua sala e às suas atividades.
8. Os professores devem receber uma formação, um apoio institucional e um acompanhamento adequados para corresponder a isso. Para isso, é preciso: que a formação contínua esteja à escuta dos professores e desenvolva novas ofertas que apareçam; que a estrutura de enquadramento apoie os professores em inovação de todas as maneiras imediatas; que um tipo específico de acompanhamento seja implantado durante vários anos.

A busca de um funcionamento eficaz em ciclos é uma longa caminhada a ser considerada como um processo negociado e desenvolvido por vários anos.

3 CICLOS DE APRENDIZAGEM NA REDE MUNICIPAL NA CIDADE DO SALVADOR.

A Rede Municipal da Cidade do Salvador é composta por 436 escolas, distribuídas em 11 Gerências regionais considerando a extensão territorial da cidade. Essas escolas atendem um total de 140.409 alunos, distribuídos em Educação Infantil 23.701 (16.87%), entre creche e pré-escola; Ensino Fundamental I: 80.165 (57%) ; Ensino Fundamental de Jovens e Adultos – EJA I: 10.272 (7.3%) e EJA II: 8.950 (6.37%) . Como se pode observar, 57% dos alunos correspondem a alunos do Ensino Fundamental I, nível de escolarização que se organiza em torno dos ciclos de aprendizagem. Os alunos estão distribuídos da seguinte forma: 12.925 no 1º ano em 637 turmas, 13.633 no 2º ano em 648 turmas, 18.261 no 3º ano em 599 turmas e 15.887 em 604 turmas. O maior quantitativo de alunos matriculados está no 3º ano, pois é nesse ano que se registra o maior percentual de alunos reprovados, alunos que não conseguem desenvolver as habilidades mínimas de leitura e escrita, no nível de escolarização. [i]

Em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a finalidade de diminuir os números da repetência e assegurar a permanência do aluno na escola, propõem a organização da escolarização em ciclos, influenciados por teóricos como Coll et al. (2000), Zabala (1998), dentre outros. Com base nesses autores, redigiu-se o plano de ensino em termos de competências a serem desenvolvidas pelos alunos e dispõem os conteúdos sob a forma de conceitos, procedimentos e atitudes.

Já no ano de 1987, a Secretaria Municipal de Educação da cidade do Salvador-BA, instituiu o Ciclo de Estudos Básicos (CEB) para alfabetizar as crianças, sem que elas fossem retidas. O Ciclo de Estudos Básicos - CEB se organizava da seguinte maneira: 1º ano de escolarização- CEB I, fase intermediária 2º ano de escolarização e a fase final, 3º ano de escolarização continuada e os discentes só podiam ser reprovados do final do ciclo, caso não alcançasse o quantitativo mínimo de aprendizagem propostas. Se reprovado o aluno teria de repetir o último ano do ciclo.

Em 2007, com a implementação do ensino fundamental de 9 anos, a Secretaria modifica a organização anterior do ensino fundamental com base legal a resolução do Conselho Municipal de Educação - CME nº. 012/2007, que diz: [ii]

Art. 1º O Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal terá a duração de nove anos letivos para as crianças de seis anos de idade, sendo os anos iniciais organizados em dois ciclos de aprendizagem: I - institucionalização da progressão continuada, respeitando o ritmo e o tempo de aprendizagem;

§1º O Ciclo de Estudos Básicos, com duração de 3 (três) anos passará a denominar-se Ciclo de Aprendizagem I;

§ 2º O ciclo de Aprendizagem II, com duração de 2 (dois) anos.

O ciclo de aprendizagem I é formado pelo 1º, 2º e 3º ano e o ciclo de aprendizagem II pelo 4º e 5º anos de escolarização. O aluno só poderá ser retido ao final do 3º e 5º anos de escolarização. De acordo com meta 5 do PNE 2024 todas as crianças de 6 anos de idade deverão estar alfabetizadas, no máximo, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental I. Os dados demonstram, porém, que a rede municipal não alcança esse objetivo.

O funcionamento dos ciclos depende da articulação de três instâncias: a administração central – Secretaria Municipal de Educação; as Gerências Regionais de Educação e as Escolas Municipais.

local – a unidade escolar – e a atuação da equipe pedagógica. Como gestora escolar e coordenadora pedagógica, essas instâncias não estão funcionando de forma articulada e harmônica para possibilitar o desenvolvimento efetivo aprendizagem como mecanismo de uma pedagogia diferenciada.

Por um lado, existe uma insatisfação do professor em aprovar um aluno que não desenvolveu as habilidades previstas atentando para o fato de que o aluno se encontra dentro de um ciclo de aprendizagem e que as habilidades não desenvolverem no ano seguinte. Essa atitude evidencia uma concepção de seriação e não de ciclo, o que está diretamente relacionado às crenças desse profissional.

Inadequação e/ou limitações dos instrumentos estabelecidos para o registro das habilidades construídas durante cada acompanhamento dos alunos dentro do ciclo. Assim, o professor que irá trabalhar com o aluno no ano seguinte, seja na mesma ou em outra não tem acesso a um detalhamento das habilidades que foram construídas por esse aluno e sim a um reduzido espaço disponibilizado, os professores são orientados pela gestão pedagógica e administrativa a fazerem, no máximo, 4 ou 5 linhas, pois esse é o espaço disponível no documento oficial de transferência do aluno para registrar as adquiridas pelo discente em um período do ciclo ou na conclusão da etapa. Esse problema deixa evidente a desarticulação central e local, pois não houve um entendimento acerca da necessidade de um instrumento que possibilitasse uma descrição para cada aluno.

Os alunos são agrupados em cada período do ciclo de forma aleatória, não levando em consideração as habilidades que são agrupados, na maioria das vezes, por fatores como idade; ser ou não aluno da escola no ano anterior; ser ou não aluno do 3º e 5º ano, pelo nível de aprendizagem. Cada professor trabalha de forma isolada, individual, sem planejar as aulas com os colegas que trabalham no mesmo ciclo ou no mesmo segmento do ciclo, apesar de disporem de 1/3 da sua carga horária de planejamento e aperfeiçoamento. A forma como as escolas se organizam e distribuem o horário dos professores impede que os professores tenham os mesmos dias e horários reservados ao planejamento coletivo. Quem assume o papel de coordenador pedagógico ou, na falta deste, a própria gestão escolar.

A Secretaria não propicia aos professores formação de aperfeiçoamento, para que eles possam refletir sobre as teorias e práticas de aprendizagem. Segundo Mainardes (2009 p.85)

...a formação permanente desses profissionais é um elemento essencial para o sucesso. Os professores e demais profissionais da educação precisam de oportunidade para discutir os fins e finalidades e serem estimulados a compreendê-los criticamente, bem como de oportunidade para discutir as dificuldades e aspectos que consideram necessários serem compreendidos e aprofundados.

O alto índice de reprovação no Ciclo I de aprendizagem é outra situação muito comum nas escolas municipais e implementado no município programas para os alunos do 3º ano. O Programa Gestão da Aprendizagem e o SE LIGA, são dois exemplos de ações voltadas para o combate à reprovação. O programa SE LIGA é destinado a alunos com dificuldades que não desenvolveram habilidades de leitura e escrita. Utiliza material didático, metodologia, formação, acompanhamento e avaliação próprios, com pouca ou nenhuma interferência da escola. Seus referenciais teóricos não têm nenhuma relação com a proposta pedagógica da rede municipal. Atualmente são atendidos pelo programa 1.790 alunos, distribuídos em 115 turmas (em Números)

A Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA 2014 identificou, que no Brasil, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, 66% dos alunos possuem aprendizado esperado em leitura; 66% dos alunos possuem aprendizado esperado em escrita; 43% dos alunos possuem aprendizado adequado em matemática. Já na cidade do Salvador, os resultados das escolas municipais foram inferiores à média nacional: 63,56% dos alunos possuem aprendizado esperado em leitura; 63,56% dos alunos possuem aprendizado esperado em escrita; 24,88% dos alunos possuem aprendizado adequado em matemática. (Fonte: MEC/Inep/DAEB/ANA)[iii]

O elevado percentual de alunos em distorção idade/ano é outro elemento que demonstra o grande índice de reprovação, como também no ciclo II, e, para enfrentar esse problema, a Secretaria tem implementado programas de aceleração, o ACELERA, do Instituto Ayrton Senna, que, assim como o SE LIGA que já foi mencionado, não comunga, teoricamente, com o ciclo do município. Em 2017, são 2.865 alunos atendidos pelo programa, distribuídos em 164 turmas. Vale salientar que o programa não é obrigatório e, por essa razão, o número de alunos integrantes no programa não reflete a realidade da distorção idade/ano, uma vez que muitas escolas não aderem ao programa por não acreditarem em sua eficácia. Como o programa são discentes que já adquiriram as habilidades mínimas de leitura e escrita e utilizam de material pedagógico adequado.

sistema de avaliação e acompanhamento próprios e tem o objetivo em avançar dois anos. (Fonte: SMED/Educação em N

Observa-se um crescimento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB no município nos últimos anos, 2013- 4,0 e 2015- 4,7. Os resultados estão sempre abaixo da média nacional, como se pode observar: 2007- 4,2; 2008- 4,3; 2015- 5,5. [iv]

Observa-se que não existe uma sistemática de planejamento, acompanhamento, investimento nos ciclos de aprendizagem no produto final, que nem sempre é o desejado pela Secretária e pela escola. Mas o que precisa ser feito O primeiro passo para os professores, coordenadores e gestão escolar; o segundo, modificar os instrumentos de acompanhamento do processo de agrupamento dos alunos, proporcionar meios para que os professores dos segmentos planejem juntos em algum momento mesmo professor pudesse dar continuidade na turma dentro do ciclo; o quarto, garantir que em caso de mudança de turma tenha acesso a todo histórico escolar do aluno, para que ele possa dar continuidade ao processo. Essas seriam algumas estratégias adotadas pela Secretaria de educação em parceria com as unidades de ensino. A escola pensando junto com a gestão e as estratégias para trabalhar com uma pedagogia diferenciada pautada nos referenciais teóricos que norteiam a proposta de aprendizagem.

De acordo com Archambault, Chouinard, Richer (2012) a implementação de uma organização escolar baseada em ciclos deve levar em conta os seguintes aspectos:

- i. Intervenções a serem feitas para agir sobre os processos de aprendizagem dos estudantes;
- ii. O tipo de funcionamento que desejam instalar no ciclo;
- iii. Intervenções a serem feitas para conseguir que os alunos aprendam tal comportamento, conceito, fenômeno, noção, de que eles tenham um papel ativo no processo;
- iv. Conhecimentos requeridos para desenvolver as competências nos alunos;
- v. A sua responsabilização pela sua própria aprendizagem;
- vi. A avaliação como apoio à aprendizagem;
- vii. O ambiente educativo desejado para favorecer aprendizagem;
- viii. Comportamentos a adotar para favorecer a aprendizagem e que requerem o desenvolvimento de competências por parte dos alunos;
- ix. A pertinência e a eficácia das estratégias de ensino;
- x. Intervenções destinadas a manter e a restabelecer, quando necessário, o bom funcionamento dos grupos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho proporcionou confrontar os princípios estabelecidos pelas teorias que embasam os ciclos de aprendizagem utilizadas pela Secretaria municipal de Educação, as Unidades de Ensino e a equipe pedagógica. Os dados revelaram que o ciclo não têm apresentado resultados satisfatórios, dentre os quais podemos citar: as muitas reprovações no 5º ano e principalmente as avaliações externas abaixo da média nacional, em avaliações como Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Implementação de programas de correção de fluxo e de alfabetização para alunos concluir a escolaridade no trabalho envolvendo dos ciclos.

Algumas questões precisam ser repensadas, de forma coletiva por todos que fazem a educação municipal, dentre elas: a continuidade e continuada para equipe pedagógica; adaptação dos instrumentos de avaliação; agrupamento dos alunos de acordo com as necessidades de aprendizagem; incentivar o trabalho em equipe; garantir a continuidade do trabalho do professor e do coordenador pedagógico em todas as escolas. Todos pensando juntos a viabilidade de aplicação de uma pedagogia diferenciada baseada nos referenciais teóricos que norteiam a proposta do trabalho com os ciclos de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília, 1997.

COLL, C. et al. **Os conteúdos na reforma**: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Trad. Beatriz Artes Médicas, 2000.

FERNANDES, C. **Escolaridade em Ciclos**: desafios para escola do século XXI. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

FERNANDES, L; TOSIO, C. Ciclos de aprendizagem, planejamento coletivo e identidade profissional dos professores. (Orgs.). **A organização do Trabalho Escolar**: Uma oportunidade para repensar a Escola. Trad. Fátima Murad. Por 189-202.

MAINARDES, J. A **Escola em Ciclos: fundamentos e Debates**. São Paulo: Cortez, 2009.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PERRENOUD, P. **Pedagogia diferenciada**. . Fátima Murad. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos Porto Alegre, 2000.

PERRENOUD, P. **Os ciclos de aprendizagem**: um caminho para combater o fracasso escolar. Trad. Patrícia Chittoni R Artmed, 2004.

ROCH, A; CHOUINARD R; RICHER C. Estabelecer e manter um bom funcionamento de grupos de alunos em um cor ciclos de aprendizagem. in THURLER, G; MAULINI, O (Orgs.). **A organização do Trabalho Escolar**: Uma oportunidade Fátima Murad. Porto Alegre: Penso, 2012. Pag. 148-162.

THURLER, G; MAULINI, O (Orgs.). **A organização do Trabalho Escolar**: Uma oportunidade para repensar a Escol: Alegre: Penso, 2012.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

[i] Salvador em Números

Disponível em - Acesso em 04 gosto 2017

[ii]

Resolução Conselho Municipal de Educação

<http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-legislacao/EDUCACIONAL/LOCAL>

[iii] Resultados ANA

Disponível Acesso em 31 de julho de 2017.

[iv] Resultado IBEB

Disponível

Acesso em 05 de agosto de 2017.

Andrea Ladislau – pedagoga, especialista em psicopedagogia e educação inclusiva e diversidade, participante do ç Universidade e Região (Universidade do Estado da Bahia- UNEB) E-mail: andrealadislau@globo.com

